

Políticos preocupados com a crise

HAROLDO HOLLANDA
Da Editoria de Política

Políticos experimentados e calejados na vida pública como o ex-ministro e senador Ernani do Amaral Peixoto, do PDS, manifestam preocupações com o agravamento da crise econômica e suas repercuções inevitáveis no campo social, temendo que nos seus desdobramentos essa situação possa conduzir o País a um impasse político indesejável. A mesma opinião é exprimida por outro ex-ministro, o deputado e ex-governador João Agripino, do PMDB.

Do mesmo modo o ex-ministro e senador Roberto Campos, que se recupera no Rio de problemas de saúde, em conversas informais mantidas com políticos vem externando o ponto de vista pessoal de que com uma inflação de mais de 100%, em todos os países e em todas as latitudes geográficas, a experiência sempre se revelou trágica, porque acabou conduzindo a períodos de profunda perturbação e instabilidade políticas.

As apreensões crescem na medida em que os políticos, sem terem um canal de comunicação apropriado com o governo, percebem que a crise econômica ameaça cruzar e produzir fagulhas com os conflitos pessoais que inevitavelmente ocorrerão, a partir das lutas travadas entre diferentes grupos em torno da futura sucessão presidencial. A sucessão presidencial no Brasil, no correr da nossa História, com eleição direta ou indireta, mesmo nas fases de regime democrático ou no autoritarismo mais agudo, jamais se completaram sem provocar traumas na alma nacional. Os exemplos no correr do tempo são por demais expressivos e conhecidos para que voltemos a repeti-los. Ainda, ontem, em discurso no Senado, cheio de advertências, o senador Luiz Viana Filho, munido da sua longa experiência como político e historiador acatado, mostrou como no correr da nossa história as sucessões presidenciais sempre se registraram em meio a inevitáveis crises de incerteza e perturbação.

JORNAL DA AZULINCE

O senador Luiz Viana Filho, desde há muito tempo, se inscreve no rol de destacados e eminentes políticos brasileiros, os quais pregam a necessidade do entendimento, acima de grupos ou de partidos, como meio indispensável para que o País possa sair politicamente incólume da crise econômica que o aflige na presente conjuntura. Isso não se fará, segundo Luiz Viana Filho, sem que haja transigência de ambas as partes e abdicação de parte de poderes pelos que o detêm hoje de forma quase total. Ainda de acordo com a visão do parlamentar baiano, o entendimento ou acordo não pressupõe a unanimidade de todos os grupos das Oposições, o que seria impossível em qualquer sociedade democrática, mas incluiria no seu bojo expressivas correntes oposicionistas, interessadas na preservação da nossa vida democrática. Também na mesma linha de conciliação pregada por Luiz Viana Filho foi o discurso de ontem do senador Marcondes Gadelha. Na Oposição, desde a legislatura passada, há figuras influentes receptivas e interessadas na conciliação e várias conversas nesse sentido, chegaram a se realizar, sem que frutificassem, por falta de interlocutores válidos e autorizados na área do Governo.

Mas ao mesmo tempo em que isso ocorre, registra-se profundo clamor e desânimo dentro da bancada do PDS, a qual se sente marginalizada em face do Governo Federal. O PDS continua a se sentir como um partido ausente do Governo Federal e das suas decisões. Esse estado de espírito era latente ontem numa frase proferida pelo deputado José Carlos Fonseca, do PDS do Espírito Santo, ironizando as informações correntes no Congresso de que está iminente um acordo parlamentar do Governo com o PTB: "Quando é que o Governo irá estender esse acordo ao PDS?"